

MULHERES QUILOMBOLAS: AVANÇOS E DESAFIOS NO ÂMBITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

LUCAS ANTUNES MACHADO; PATRÍCIA KRIEGER GROSSI.

CURSO DE PSICOLOGIA; CURSOS DE SERVIÇO SOCIAL. ESCOLA DE HUMANIDADES – PUCRS, PORTO ALEGRE, RS E DEPTO. DE CIÊNCIA POLÍTICA – YORKU, TORONTO, CANADÁ.

INTRODUÇÃO

O Programa Brasil Quilombola prevê políticas públicas, dentre elas: acesso a terra, infraestrutura e qualidade de vida, desenvolvimento local, saúde, educação, trabalho, direitos e cidadania para comunidades quilombolas (BRASIL, 2014). Sendo uma das diretrizes a incorporação de gênero para ampliação dos direitos de cidadania e políticas de igualdade e equidade de gênero.

OBJETIVO GERAL

Compreender as experiências sociais de mulheres quilombolas no âmbito das políticas públicas na perspectiva das interseccionalidades de gênero, raça/etnia, classe social e geração.

MATERIAL E MÉTODOS

✓ Coleta de dados: Grupo Focal e entrevistas semiestruturadas a partir de roteiro elaborado. As entrevistas foram audio-gravadas e, posteriormente transcritas. As participantes assinaram Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

✓ Análise dos dados: Para análise do material transcrito utilizou-se Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977).

SUJEITOS DA PESQUISA

04 mulheres de diferentes gerações, 02 lideranças e 05 representantes de políticas públicas voltadas para comunidades quilombolas de Porto Alegre, RS; 06 remanescentes de comunidades quilombolas (02 mulheres e 04 homens) de uma comunidade localizada no município de Pelotas, RS e 01 mulher representante de comunidade quilombola de Restinga Seca, RS (N=18).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Programa Brasil Quilombola. Disponível em:

http://www.seppir.gov.br/publicacoes/brasilquilombola_2004.pdf. Acesso em 16/05/15.

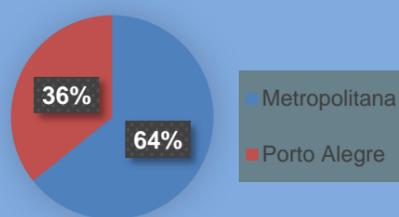
BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Edições Lisboa, 1977.

CALHEIROS, Felipe Peres e STADTLER, Hulda Helena Coraciara. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. Rev. Katál. Florianópolis v. 13 n. 1 p. 133-139 jan./jun. 2010.

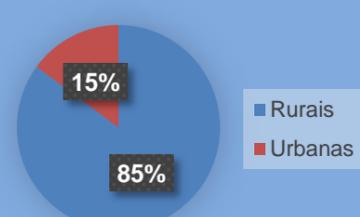
SANTOS, Simone Rita dos. Comunidades quilombolas: as lutas por reconhecimento de direitos na esfera pública brasileira. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014.

RESULTADOS

Comunidades Quilombolas por região



Comunidades Quilombolas por zona



IDENTIDADE QUILOMBOLA:

Ser quilombola é ser filho de gente negra que foi escravo há muitos anos, atrás dos brancos. Fazia o que os brancos mandavam e eram obrigados a fazer. (...) Isso é ser quilombola. (E4, 21/12/2015).

Para mim, ser quilombola é ter a força dos antepassados, eu não trago a sofrência dos antepassados que sofreram na chibata, eu trago a força deles (...) (E8, 21/12/2015).

Ser quilombola estar junto, lutar, perseverar. (E3, 21/12/2015).

RELAÇÕES DE GÊNERO:

É bem forte o papel da mulher na comunidade (...). Nas famílias, a liderança sempre era a mulher, (...) a mulher tem papel muito forte. (E2, 04/12/2015).

Ela escuta e obedece, o homem é o nosso presidente. (...) E o que ele mandar nós fazer, a gente obedece (E4, 21/12/2015).

ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS:

Quando a gente falava assim "Ah, existem políticas públicas que são desenvolvidas especificamente para as comunidades quilombolas" e eles "Como assim, sabe", eles nunca tiveram contato com isso. (E2, 21/12/2015)

"a preocupação maior é essa, a regularização fundiária, é o direito ao espaço em que eles residem, (...) são demandas variadas, desde documentação, acompanhamento médico, alimentação, cursos profissionalizantes, então são demandas, todas as expressões da questão social que tem por aí, eles vêm em busca de seus direitos, só que poucos também sabem de seus direitos. (E1, 21/12/2015)

CONCLUSÕES

Verificou-se acentuada diferença de concentração de comunidades quilombolas nas zonas rurais e urbanas. Esta diferença pode ter impacto significativo no acesso às políticas públicas pelos membros dessas comunidades, em especial as mulheres.

A identidade quilombola está associada com escravidão, subserviência, mas também à resistência, força, união, luta, perseverança e honestidade, demonstrando a importância da ressignificação e da visão dialética a respeito do fenômeno identitário, além do reconhecimento político e social de ser quilombola.

Existem contradições nas narrativas, pois apesar dos sujeitos revelarem que as mulheres exercem papel ativo nas comunidades e nas famílias, a presidência da Federação das Comunidades Quilombolas do RS é assumida pela figura masculina.

Existem várias demandas das comunidades quilombolas como saúde, educação, trabalho, entre outras.

Conclui-se que a luta quilombola vai além da titulação das terras, constituindo-se em um processo contínuo para o reconhecimento de sua identidade étnica e acesso pleno aos direitos de cidadania.